

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

TIPO DE DOCUMENTO: Ata Deliberativa de Reunião

EVENTO: 25ª Reunião da CECA/Sema&Ipaam

DATA: 15 / 01 / 2020 (Quarta-Feira)

HORÁRIO: 14:30 às 17:40

LOCAL: Sala de Reunião do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – DEMUC/SEMA.

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES: Representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM e Fundação Amazonas Sustentável – FAS.

TEMA CENTRAL: A) Análise da aplicação do recurso compensatório por itens financiáveis e não financiáveis e da proposta de criação do Fundo Estadual de Compensação por Significativo Impacto Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação – FECAUC na minuta da proposta de Projeto Lei Complementar Estadual que regulará a compensação ambiental no Estado do Amazonas, conforme orientação do Dr. Rui Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas da Coordenadoria de Meio Ambiente do Ministério Público de Contas – MPC; e, b) Destinação, distribuição e aplicação do recurso compensatório da Usina de Tratamento de Gás Natural – Campo Petrolífero Azulão.

PARTICIPANTES: Membros da CECA/Sema&Ipaam, nomeados pela Portaria SEMA nº. 108/2019, assinada em 21/10/2019 e publicada no D.O.E. nº. 34.112, Ano CXXVI, em 23/10/2019 na Seção Publicações Diversas, p. 01 e 02. Essa portaria foi alterada pela Portaria SEMA nº. 123/2019, assinada em 27/11/2019 e publicada no D.O.E. nº. 34.135, Ano CXXVI, em 02/12/2019 na Seção Publicações Diversas, p. 01 e 02, quanto aos representantes da Diretoria Jurídica do IPAAM (Lista de Presença com a assinatura dos participantes da reunião em anexo).

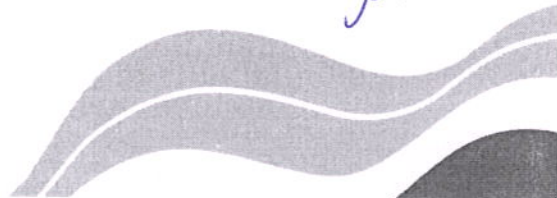
BASE LEGAL: O art. 36 da Lei Federal nº. 9.985/2000-SNUC e art. 53 da Lei Complementar Estadual nº. 53/2007-SEUC: criam a obrigatoriedade da Compensação por Significativo Impacto Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação – CA/SNUC-SEUC aos empreendimentos considerados pelo órgão ambiental licenciador como: i) de significativo impacto ambiental; e, ii) com Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA.

DELIBERAÇÕES:

ANÁLISE 01: Deliberação sobre as propostas de aplicação do recurso compensatório por itens financiáveis e não financiáveis e de criação do Fundo Estadual de Compensação por Significativo Impacto Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação – FECAUC na minuta da proposta de Projeto Lei Complementar Estadual que regulará a compensação ambiental no Estado do Amazonas, conforme orientação do Dr. Rui Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas da Coordenadoria de Meio Ambiente do Ministério Público de Contas – MPC.



1/7



CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

DELIBERAÇÃO 01: Deliberou-se pela troca de “Órgão Político Estadual de Meio Ambiente” por “Órgão Formulador da Política Estadual de Meio Ambiente”

DELIBERAÇÃO 02: Para a Secretaria Executiva da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA optou-se por adotar o modelo de gestão do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas – CEMAAM.

DELIBERAÇÃO 03: Aprovou-se a proposta de composição da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA com 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes (Quadro 01), sendo paritário entre representantes do governo (06 membros) e organizações não governamentais (06 membros).

Quadro 01 – Colegiado da CECA/Sema&Ipaam na Proposta de Lei Estadual Complementar

Representação	Distribuição	Órgãos e Entidades	Quantidade
Governo do Estado	06 (seis)	Órgão Ambiental Licenciador Estadual	02 (duas)
		Órgão Formulador da Política Estadual de Meio Ambiente	02 (duas)
		Órgão Gestor Estadual de Unidades de Conservação	02 (duas)
Organizações Não Governamentais - ONG	06 (seis)	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM	01 (um)
		Universidade Federal do Amazonas - UFAM	01 (um)
		Universidade do Estado do Amazonas - UEA	01 (um)
		Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA	01 (um)
		Terceiro setor ou ONG Ambientalistas	02 (duas)

DELIBERAÇÃO 04: No quesito “Itens **Financiáveis**” foi decidido que:

4.1 – Para pagamentos de diárias e aquisições de passagens, os comunitários, conselheiros e demais parceiros locais de Unidades de Conservação serão classificados como “Colaboradores Eventuais”;

4.2 – Inclusão do item “Combustível: diesel, gasolina, gás de cozinha, óleos e lubrificantes em geral”;

4.3 – Inserção do fomento às campanhas de comunicação tanto como Consultoria Técnica de Pessoa Jurídica quanto Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Jurídica;

4.4 – No quesito “Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Jurídica” foi inserida a “contratação de serviços para desenvolvimento, manutenção e hospedagem de sítios eletrônicos (website) das Unidades de Conservação”;

4.5 – Foram mantidos para decisão superior os seguintes itens:

Philip

2/7

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

4.5.1 - Adiantamentos de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para custeio de despesa de pronto atendimento na realização das atividades técnicas de campo exclusivamente na Unidade de Conservação beneficiada pela Compensação Ambiental; e

4.5.2 - Custeio pontual e de tempo limitado de Prestadores de Serviços de cozinha, piloteiro, mateiro, guia local, monitor, moderador, assistente de campo local, entre outros.

DELIBERAÇÃO 05: Foram proibidas despesas para participação de gestores e demais colaboradores em atividades a nível internacional e nacional devidamente especificadas nos “Itens **Não Financiáveis**” da proposta de Lei Complementar Estadual, como os pagamentos de diárias e as aquisições de passagens, desde que alheios ao projeto compensatório;

DELIBERAÇÃO 06: Deliberou-se por manter o mecanismo de arrecadação com o depósito do recurso da Compensação Ambiental pelo empreendedor em conta bancária específica indicada pelo Órgão Gestor da(s) Unidade(s) de conservação beneficiária(s);

DELIBERAÇÃO 07: Ponderou-se que é inviável a proposta de criação do Fundo Público Estadual de Compensação por Significativo Impacto Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação – FECAUC pelos seguintes motivos:

1º) Por orientação da Alta Direção da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA quanto a não criação de novos fundos públicos, pois a SEMA já possui em sua estrutura 06 (seis) fundos públicos de diversas esferas da seara ambiental;

2º) Pelo fato de que a criação de um Fundo Público específico para arrecadação compensatória acabaria sobrecarregando a mesma equipe técnica atuante direta ou indiretamente na pasta;

3º) Geraria novas despesas para a manutenção do referido fundo à SEMA;

4º) Para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE-AM e Ministério Público de Contas – MPC, o recurso de compensação ambiental é de natureza pública, podendo, portanto, o Estado proceder a arrecadação e operacionalização conforme seu Sistema Orçamentário, Fiscal e Execução Financeira; e

5º) A criação de um Fundo Privado conforme adotado pela União, por meio do Órgão Gestor Federal de Unidades de Conservação autorizado pela Lei Federal nº. 13.668/2018, de 28/05/2018, estendendo a referida autorização aos demais órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, seria uma alternativa a ser implementada, caso o TCE-AM e MPC não tivessem o entendimento da compensação ambiental como recurso público, mas sim, privado.

DELIBERAÇÃO 08: Deve-se agendar reunião com Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social - AADES sobre o recurso da Compensação Ambiental do Gasoduto Coari-Manaus ainda não executado avaliado em mais três milhões de reais, e que deveria fomentar a elaboração dos planos de gestão de unidades de conservação. O referido recurso encontra-se em tomada de contas especial junto ao TCE-AM;

 3/7



CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

DELIBERAÇÃO 09: Aprovação de penalidade aos gestores e servidores públicos ou terceiros executores que promoverem desvio de finalidade e de objeto na aplicação dos recursos de compensação ambiental, com proposta de multa que pode variar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

ANÁLISE 02: Foi definida pelos membros da CECA/Sema&Ipaam presentes na reunião a Destinação, repartição (distribuição) e aplicação da Compensação Ambiental do Usina de Tratamento de Gás Natural – UTG/UTE Campo Petrolífero Azulão, constante no Processo nº. 0031/2020-SEMA. Foi contextualizado que o recurso compensatório calculado da UTG/UTE Campo Petrolífero Azulão é de R\$ 2.354.050,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, e cinquenta reais), cuja atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E perfaz o valor de R\$ 2.386.387,58 (dois milhões, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais, e cinquenta e oito centavos), com o incremento de R\$ 32.337,58 (trinta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais, e cinquenta e oito centavos). O período de atualização monetária compreende o intervalo de tempo entre a fixação da compensação ambiental que ocorreu no dia 17/09/2019 com a expedição da Licença de Instalação - LI nº. 045/19- IPAAM e a data de 31/12/2020 correspondente à última periodicidade do IPCA-E (Quadro 02).

Quadro 02 – Especificação da Compensação Ambiental UTG/UTE Campo Petrolífero Azulão

Empreendimento:	Usina de Tratamento de Gás Natural – Campo Azulão
Processo de Licenciamento Ambiental	2380/2019-IPAAM
Processo de Compensação Ambiental	0031/2020-SEMA
Cobrança do Cumprimento da Compensação Ambiental:	Condicionante nº. 18 da Licença de Instalação - LI nº. 045/19-IPAAM, de 17/09/2019
Momento da fixação da compensação ambiental pelo órgão licenciador	Expedição da Licença de Instalação - LI nº. 045/19-IPAAM, de 17/09/2019
Data da fixação da compensação ambiental pelo órgão licenciador	19/09/2019
Identificação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA	Ainda não celebrado
Grau de Impacto:	0,5%
Valor de Referência (R\$):	R\$ 470.810.000,00
Compensação Ambiental (R\$):	R\$ 2.354.050,00
Recurso de Compensação Ambiental destinado à UC Estadual	R\$ 2.354.050,00
Atualização Financeira – IPCA-E (19/09/2019 até 31/12/2019)	R\$ 32.337,58
Recurso Compensatório Total à UC Estadual (Valor Calculado + Atualização Monetária)	R\$ 2.386.387,58

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

DELIBERAÇÃO 01: Os membros da CECA/Sema&Ipaam determinaram a destinação compensatória do UTG/UTE Campo Petrolífero Azulão para beneficiar 12 (doze) unidades de conservação estaduais (Quadro 03): a) 06 (seis) Áreas de Proteção Ambiental – APA, constituindo 56% do valor global da compensação ambiental; b) 02 (duas) Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS com 12% do recurso compensatório; c) 02 (duas) Florestas Estaduais – FLOREST contempladas com 16% do recurso; d) 01 (uma) Reserva Biológica com 8%; e, e) 01 (um) Parque Estadual também com 8%.

Quadro 03 - Destinação, repartição e atualização do recurso compensatório

DESTINAÇÃO		REPARTIÇÃO	VALOR CALCULADO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (R\$)	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		
		Divisão compensatória		Documento/Data da fixação compensatória: Licença de Instalação - LI nº. 045/19-IPAAM em 17/09/2019		
				Última data de atualização do IPCA-E no Banco Central: 31/12/2019		
				Período de atualização: 17/09/2019 a 31/12/2019		
Unidade de Conservação – UC beneficiada	Esfera de Gestão	% Repartição		Índice	Incremento (R\$)	Atualização (R\$)
FLOREST Maués	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
FLOREST Tapauá	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
APA Nhamundá	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
APA Guajuma	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
APA Caverna do Maroaga	Estadual	12,00	282.486,00	IPCA-E	3.880,51	286.366,51
APA Puduari-Solimões	Estadual	12,00	282.486,00	IPCA-E	3.880,51	286.366,51
APA Aturuiá-Apuazinho	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
APA Tarumã-Açu Tarumã Mirim	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
RDS Canumã	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
RDS do Piranha	Estadual	4,00	94.162,00	IPCA-E	1.293,50	95.455,50
REBIO Morro dos Seis Lagos	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
PAREST Serra do Aracá	Estadual	8,00	188.324,00	IPCA-E	2.587,01	190.911,01
TOTAL	-	100,00	2.354.050,00		32.337,58	2.386.387,58

SUGESTÃO DE DESTINAÇÃO: A equipe de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Puranga Conquista submeteu proposta para que a referida unidade de conservação fosse contemplada pelo recurso compensatório para construção de sua escritório-base terrestre orçada em R\$ 160.893,00 (cento e sessenta mil, oitocentos e noventa e três reais).

Plínio
5/7

CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

DELIBERAÇÃO 02: Não foi aprovada a proposta de inclusão da RDS Puranga Conquista como beneficiária da compensação ambiental da UTG/UTE Campo Petrolífero Azulão. Ponderou-se que não haverá investimentos de recursos compensatórios para construção de escritórios-base nas unidades de conservação, em virtude da diretriz da alta direção da SEMA quanto a limitação de recursos financeiros para a manutenção predial e pagamento de serviços de limpeza, vigilância e pagamentos do consumo de energia elétrica, água tratada e internet.

DELIBERAÇÃO 03: Os membros da CECA/Sema&Ipaam aprovaram as atividades prioritárias para a aplicação do recurso nas unidades de conservação eleitas como destinatárias da compensação ambiental (Quadro 03).

Quadro 03 - Aplicação do recurso compensatório

Unidade de Conservação – UC beneficiada	Compensação Calculada (R\$)	Compensação Atualizada (R\$)	Atividades Aprovadas - 25ª Reunião da CECA/Sema&Ipaam
FLOREST Maués	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância
FLOREST Tapauá	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância
APA Nhamundá	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância
APA Guajuma	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância
APA Caverna do Maroaga	282.486,00	286.366,51	Conselho, Proteção e Vigilância, Uso Público
APA Puduari-Solimões	282.486,00	286.366,51	Conselho, Proteção e Vigilância, Uso Público
APA Aturuiá-Apuazinho	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância
APA Tarumã-Açu Tarumã Mirim	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância, Uso Público
RDS Canumã	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância
RDS do Piranha	94.162,00	95.455,50	Conselho, Proteção e Vigilância
REBIO Morro dos Seis Lagos	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância, Uso Público
PAREST Serra do Aracá	188.324,00	190.911,01	Conselho, Proteção e Vigilância, Uso Público

Foi aprovada a aplicação do recurso compensatório da UTG/UTE Campo Petrolífero Azulão para promover e fomentar a realização e manutenção de atividades, insumos, bens e serviços públicos estratégicos e prioritários nas Unidades de Conservação eleitas pela CECA/Sema&Ipaam: 1) APA Caverna do Maroaga (12%) – apoiar a realização de reuniões do conselho gestor e fomentar as atividades de proteção, vigilância e uso público; 2) APA Puduari-Solimões (12%) – contribuir para realização de reuniões do conselho gestor e fomentar as atividades de proteção, vigilância e uso público; 3) FLOREST Maués (8%) – favorecer a operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância; 4) FLOREST Tapauá (8%) - apoiar a operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância; 5) APA Nhamundá (8%) – contribuir para operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância; 6) APA Guajuma (8%) - favorecer a operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância; 7) APA Aturuiá-Apuazinho

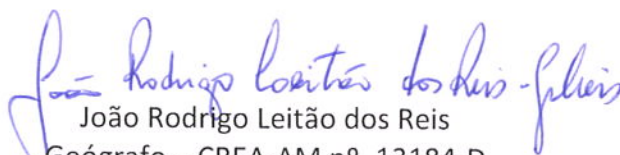
CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

(8%) - apoiar a operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância; 8) APA Tarumã-Açu Tarumã Mirim (8%) – contribuir para realização de reuniões do conselho gestor e fomento as atividades de proteção, vigilância e uso público; 9) RDS Canumã (8%) - favorecer a operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância; 10) REBIO Morro dos Seis Lagos (8%) - apoiar a operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância; 11) PAREST Serra do Aracá (8%) - contribuir para operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância; e, 12) RDS do Piranha (4%) - favorecer a operacionalização do conselho gestor e ações de proteção e vigilância.

A Lista de Presença encontra-se anexada a esta ata deliberativa de reunião.

É o que tenho a relatar, conforme acordado pelos presentes na 25ª Reunião da CECA/Sema&Ipaam, pessoas físicas, servidores públicos da SEMA e IPAAM nomeados pela Portaria SEMA nº. 108/2019, de 23/10/2019, alterada pela Portaria SEMA nº. 123/2019, de 27/11/2019, constantes na Lista de Presença anexada.

Manaus, 21 de janeiro de 2020

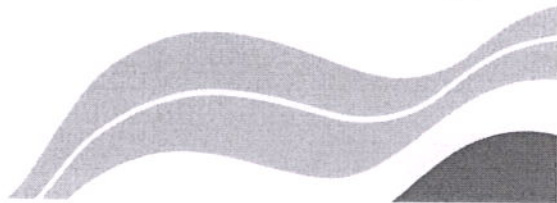


João Rodrigo Leitão dos Reis
Geógrafo – CREA-AM nº. 13184-D
Consultor Técnico SEMA/FAS
Relator da Reunião Técnica

De Acordo,



Christina Fischer
Presidente da Câmara Estadual de
Compensação Ambiental – CECA/Sema&Ipaam
Portaria SEMA nº. 108/2019



CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam
REUNIÃO TÉCNICA
LISTA DE PRESENÇA

EVENTO: 25ª Reunião da CECA/Sema&Ipaam

DATA: 15 / 01 / 2020 (Quarta-Feira)

HORÁRIO: 14:30 às 16:30

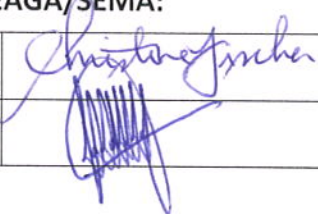
LOCAL: Sala de Reunião do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES: Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM e Fundação Amazonas Sustentável – FAS

PAUTA: a) Análise dos Planos de Execução da Compensação Ambiental – PECA do Gasoduto Coari-Manaus: 1 - PECA resíduo (R\$ 1.714.703,30), e, 2 - PECA rendimentos financeiros até 31/10/2019 (R\$ 5.491.867,48); b) Análise da aplicação do recurso compensatório por itens financiáveis e não financiáveis e da proposta de criação do Fundo Estadual de Compensação por Significativo Impacto Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação – FECAUC na minuta da proposta de Projeto Lei Complementar Estadual que regulará a compensação ambiental no Estado do Amazonas, conforme orientação do Dr. Rui Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas da Coordenadoria de Meio Ambiente do Ministério Público de Contas – MPC; e, c) Destinação, distribuição e aplicação do recurso compensatório da Usina de Tratamento de Gás Natural – Campo Azulão.

MODERADOR(A)/RELATOR(A): João Rodrigo Leitão dos Reis – Consultor Técnico SEMA/FAS

- **Membros da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA**, nomeados pela **Portaria SEMA nº. 108/2019**, assinada em 21/10/2019, publicada no Diário Oficial do Estado – D.O.E. nº. 34.112, Ano CXXVI, em 23/10/2019 na Seção Publicações Diversas, p. 01 e 02 - determina atividades prioritárias a serem realizadas e designa servidores públicos a fazerem parte do quadro de membros da CECA. Essa portaria foi alterada pela **Portaria SEMA nº. 123/2019**, assinada em 27/11/2019 e publicada no D.O.E. nº. 34.135, Ano CXXVI, em 02/12/2019 na Seção Publicações Diversas, p. 01 e 02, quanto aos representantes da Diretoria Jurídica do IPAAM.

Membros		Matrícula	Assinatura/Rubrica
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA:			
1	Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental – SEAGA/SEMA:		
Titular	Christina Fischer	155.631-2C	
Suplente	Kleber Augusto Bechara de Oliveira	248.110-3A	
2	Assessoria Jurídica – ASSJUR/SEMA:		
Titular	Fabrícia Arruda Moreira Amazonas	232.608-6A	



CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/Sema&Ipaam

REUNIÃO TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA

Membros		Matrícula	Assinatura/Rubrica
Suplente	Lucas Augusto dos Santos Braga	235.368-7D	<i>Lucas Augusto dos Santos Braga</i>
3	Setor de Criação e Gestão de Unidades de Conservação:		
Titular	Gilmar José de Oliveira Souza	198.329-6D	<i>15/01/2020</i>
Suplente	Ana Cláudia da Costa Leitão	198.967-7C	<i>AD.</i>
REPRESENTANTES DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM:			
1	Diretoria Técnica:		
Titular	Maria do Carmo Neve dos Santos	012.618-7E	
Suplente	Wanderléia Holanda S. Nascimento	103.144-9B	
2	Diretoria Jurídica:		
Titular	Samya de Oliveira Sanches	243.257-9B	<i>Samya</i>
Suplente	Karen Rosendo de Almeida Leite Rodrigues	248.406-4B	<i>PR</i>
3	Setor de Licenciamento Ambiental de Grandes Obras:		
Titular	João Paulo Vieira de Oliveira	160.257-8A	<i>João Paulo V. O.</i>
Suplente	Francisca Rosivana Campos Pereira	118.087-8E	

- Demais partes interessadas no corpo de servidores da SEMA e IPAAM:

Nº.	Nome Completo	Organização	Contato Telefônico	E-mail
1.	<i>Emilia Condore Batista</i>	<i>DS/IPAAM</i>	<i>99142-8741</i>	
2.	<i>Thalysse Alves de Almeida</i>	<i>IPAAM/SEMA</i>	<i>993829381</i>	
3.	<i>João Rodrigo Coutinho dos Reis</i>	<i>SEMA/FAS</i>	<i>992203093</i>	
4.				

